

Importância econômica dos serviços ecossistêmicos dos remanescentes de vegetação nativa da Floresta do Camboatá

Carlos Eduardo Frickmann Young (UFRJ)

Maira Luiza Spanholi (UNEMAT)

Manter a biodiversidade e os ecossistemas é um dos grandes desafios da atualidade, tendo em vista a grande pressão provocada por ações antrópicas, como o crescimento urbano desordenado, o desmatamento ilegal, as mudanças climáticas e diversos outros fatores. Entretanto, o bem-estar da sociedade depende de maneira significativa do fluxo de bens e serviços que resultam da dinâmica dos ecossistemas, os chamados serviços ambientais.

Entre esses serviços estão os de suporte, necessários para produzir todos os outros serviços ambientais, como a formação dos solos e os ciclos de nutrientes, a polinização e a dispersão de sementes; os serviços de provisão, que se referem a bens ou produtos extraídos dos ecossistemas, tais como água, alimento e madeira; os serviços de regulação, que são os benefícios promovidos pela regulação dos processos dos ecossistemas, como a purificação do ar, regulação do clima e desintoxicação e controle de pragas e doenças; e os serviços culturais, que se relacionam aos benefícios não materiais providos pelos ecossistemas, como a recreação, a educação, o valor espiritual e o valor religioso. Portanto, todas as pessoas, estejam elas em comunidades urbanas ou rurais, necessitam de um ecossistema conservado e equilibrado, já que dele derivam os serviços ambientais fundamentais para a sua sobrevivência.

Uma área de floresta urbana, tal qual a de Camboatá, presta diversos desses serviços ambientais, pois:

- i. Mantém os estoques de carbono da vegetação nativa. Assumindo uma média de 470 toneladas de CO₂ equivalente por hectare de Mata Atlântica, a Floresta do Camboatá mantém o estoque de 80.000 toneladas de CO₂ equivalente considerando apenas a biomassa acima do solo.¹ Isso corresponde à emissão anual de cerca de 40.000

¹ YOUNG, C. E. F. et al. Estudos e produção de subsídios técnicos para a construção de uma Política Nacional de Pagamento por Serviços. Relatório Final com apêndices, 2016. (Relatório de pesquisa).

automóveis (assumindo a média de emissão anual de 2 toneladas de CO₂ equivalente por veículo). Uma outra forma de medir a importância econômica disso é pelo valor que essas 80 mil toneladas de CO₂ equivalente representam no Mercado Europeu de Carbono: assumindo o preço de 24,68 Euros/tonelada, ao câmbio de R\$ 4,44/Euro (valores de 29/10/2019), isso corresponde ao valor total de R\$ 8,7 Milhões.

- ii. A transformação da Floresta do Camboatá em Parque aberto à visitação, se destaca pelo número reduzido de áreas de lazer na região onde se localiza. Estimativas para o Parque Nacional da Tijuca apontam para o valor de R\$1.591.265.760,02 por meio do uso público, considerando os gastos realizados pelos visitantes. Guardadas as devidas proporções – é claro que não se espera um volume tão grande de visitantes no Camboatá –, isso mostra o grande potencial para fomentar a economia da região, além de incrementar os recursos para a gestão e manejo da respectiva área.²

Além disso, em função desse desmatamento evitado, reduz os processos erosivos e impede o assoreamento dos rios, que como consequência poderia reduzir a disponibilidade das águas superficial e prejudicar a sua captação, causando prejuízos financeiros aos municípios, já que haveria a necessidade de gastar com desassoreamento.

Essas áreas ainda podem gerar receita ao município por meio do ICMS Ecológico, que se trata de um instrumento que destina recursos aos municípios que possuem áreas protegidas em seu território.

Por fim, deve-se ressaltar que os custos de reposição da vegetação nativa são bastante altos. Considerando o valor de R\$ 21.800 (valor atualizado de Young et al., 2016) para reflorestar um hectare de Mata Atlântica Nativa, apenas o custo de repor 170 hectares seria de R\$ 3,7 Milhões, sendo que esse processo demoraria muitos anos para alcançar o estágio atual de recuperação da Floresta do Camboatá, e que estaria localizado em área distante.

² YOUNG, C. E. F.; MEDEIROS, R.J. (Org.) . Quanto vale o verde: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras. 1. ed. Rio de Janeiro: Conservação Internacional, 2018. v. 1. 179p.